

ROTAS E REDES: UM OLHAR TEORICO SOBRE OS CRISTÃOS-NOVOS NO LIMAR DO SÉCULO XVII

Janaina Guimarães da Fonseca e Silva

Professora assistente da UPE-Petrolina, doutoranda em História pela UFPE
guimarães.janaina@gmail.com

Resumo

Este artigo discute o elemento cristão-novo na América Portuguesa, expondo a leitura que fazemos deste grupo, para logo colocar algumas das condições políticas e econômicas específicas do período em que Portugal e conseqüentemente Pernambuco, esteve sob administração espanhola. Nele apresentamos nossas concepções do momento em questão bem como as fontes e indagações que nos levam a compreensão de nosso objeto, as redes de comércio cristão-novas.

Palavras-chave: Cristão-novo, comércio e Península Ibérica.

Abstract

This article argues the new-cristian element in Portuguese America and the reading that we make of this group, soon we study some of the economics and politics conditions of the period where Portugal and consequently Pernambuco, was under Spanish administration. In it we present our conceptions of the moment in question as well as the sources and investigations necessary for the understanding of our object, the New-Christian nets of commerce.

World- key: New-cristian, commerce, Iberian Unian

A História da colonização portuguesa no Brasil tem sido objeto de renovada produção historiográfica, impulsionada pelos avanços teóricos e metodológicos proporcionados pela Escola dos Annales e logo pela Nova História. Essas produções têm em comum a elaboração de novos questionamentos não observados nas macro explicações. O comércio como mola fundamental da colonização da América Portuguesa não poderia ficar de fora desta nova leva. Durante o desenvolvimento do que

Wallerestein⁴⁸ chama de Economia Mundo, o Brasil e particularmente a Capitania de Pernambuco, teve papel fundamental. Segundo Sidney Mintz⁴⁹, em texto sobre o autor supracitado, no final do século XV e começo do século XVI passou a existir o que foi chamado de economia européia mundial, cuja emergência esta ligada à política de expansão militar e econômica européia, à formação dos Estados Nacionais e a diferenciação de formas de trabalho nos vastos locais, entre os quais a escravidão na América.

Esse Sistema Mundo não pode ser analisado sem levarmos em consideração o impacto causado pelo mesmo não apenas no desenvolvimento econômico europeu, mas nas relações sociais produzidas para sua efetivação. Entre elas a já citada escravidão, a destruição em massa dos nativos americanos, a tentativa de aniquilação cultural a qual esses foram submetidos, entre outras muitas expropriações. Em texto intitulado “The “Colonizer Model Of The World”, Blaut discorre sobre o difusionismo europeu, localizando suas origens na colonização do período moderno, durante a qual uma dicotomia entre cristandade e não cristandade era utilizada como artefato ideológico para a submissão desses povos não cristianizados.

A partir dos séculos XVI e XVII os pensadores europeus passaram a conceber sua história como a de um contínuo progresso, influenciado por Deus. Este progresso era entendido não a partir das influencias externas, riquezas ou táticas adquiridas com os demais povos, mas sim por uma gloria intrínseca a esse mesmo povo. O outro, até então desconhecido, era passível de exploração, escravidão e submissão as quais seriam, ao fim e ao cabo, para seu

⁴⁸ WALLERESTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los origens de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México: Siglo Veintiuno, 1979. v. 1.

⁴⁹ MINTZ, Sidney. “The so-called world sistem: iniative and response”. *Dialectical Antropology* 2, nº4 pp.253-270, 1977.

próprio bem, na medida em que os europeus os presenteariam com o conhecimento de Deus. É fundamental elaborarmos uma crítica a este pensamento visto ser o mesmo compartilhado pela maioria dos cronistas que escreveram sobre o Brasil, cujas obras são das fontes mais utilizadas para o entendimento da colonização brasileira.

Os questionamentos que levam historiadores a tomarem como objeto o comércio colonial e as estratégias dos grupos neles envolvido são recentes, muitos se utilizam da análise de trajetórias individuais, seguindo pressupostos da Micro-história. Esses estudos respondem a um anseio pela reconstrução da história de grupos excluídos pela historiografia clássica de suas condições de agentes. É neste contexto que observamos os cristãos-novos, não apenas para restituir um lugar a eles negado por uma historiografia excludente, mas para analisar suas ações enquanto partícipes da colonização portuguesa do Brasil.

Para tanto no valemos de fontes diversificadas através das quais procuramos delimitar as proporções da presença cristã-nova no comércio colonial. Entre essas estão os documentos do Conselho Ultramarino, do Archivo General de las Índias, outros documentos avulsos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, livros de Registros Comerciais, Documentos notariais de Amsterdã, listas de receitas e despesas e mapas fiscais os quais confrontaremos com os processos inquisitoriais guardados no Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal e no Arquivo Histórico Nacional de Madrid, buscando cruzar os registros de envolvimento comerciais que nos são fornecidos por essa documentação com os processos inquisitoriais que nos oferecem as trajetórias e histórias de vida destes mesmos personagens.

Procuramos entender ainda, como a legislação portuguesa e espanhola regravam as relações comerciais, para tanto nos dedicamos também ao conjunto da legislação portuguesa e espanhola vigente na segunda metade do século XVI e primeiras décadas do século

XVII. Entendendo a legislação portuguesa como um conjunto de leis, alvarás, ordens e mandados analisados preliminarmente.

Observamos através da documentação processada vastas redes de ligações. Para isso selecionamos alguns processos relativos a cristãos-novos envolvidos no comércio de açúcar. Como ponto de partida para desvelar a teia na qual se envolviam esses personagens, primeiramente delineadas com base em destinos individuais e então confrontada com um corpus documental, conforme Ginzburg “as linhas que convergem para o nome [do cristãos-novos] ou dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dando ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.”⁵⁰

Assim sendo, focamos constantemente nas ligações familiares, pois: “esa compleja rede de relaciones se articulaba en torno de las familias, cuyas ligaduras internas servían de vehículo a los intercambios económicos y religiosos que se producían en su seno”⁵¹ Recorreremos para tanto a estudos genealógicos, que nos permitiram estabelecer as ligações entre os diversos elementos de uma mesma família.

É dentro desta perspectiva crítica que analisamos o desenvolvimento das redes de comércio, não só como elas foram desenvolvidas, mas quem foram seus agentes, suas práticas culturais e, sobretudo o impacto que as mesmas causaram na Capitania de Pernambuco. Impacto este que se deu tanto no plano físico quanto cultural, haja vista, esses agentes também compuseram a elite da capitania, aqui aportando e mesclando-se com os demais presentes na colonização.

⁵⁰ O nome e o como. In GINZBURG, Carlo (org.). *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 175.

⁵¹ CONTRERAS, Jaime (org.) *Familia, Religión y Negocio*: El sefardismo em las relaciones entre el mundo ibérico y los países bajos en la moderna. Alcalá: Fundación Carlos Ambers y ministerios de asuntos exteriores, 2002, p. 41.

O que torna nossos personagens particularmente interessantes é serem estes detentores de um estigma que ao mesmo tempo os exclui do grupo dominante majoritário, os cristãos velhos de origem católica, mas também contribui para que mantenham seus vínculos internos e assim os torna mais aptos a esse comércio de grande escala. Vale ressaltar que da mesma maneira que Menocchio só pôde ser entendido por Ginzburg⁵² a luz do desenvolvimento da imprensa e do advento da Reforma e Contra-Reforma, nossos personagens só podem ser entendidos a partir da análise do desenvolvimento desta Economia Mundo e da expulsão dos Judeus da Península Ibérica (Espanha, 1492 e Portugal, 1497).

Algumas obras nos são metodologicamente úteis para o estudo de nosso objeto entre elas, destaca-se o estudo de João Fragoso⁵³, elaborado a partir de reconstituições das trajetórias de famílias de comerciantes, os quais formariam a elite carioca do século XVII. Esse estudo tem como diferencial a utilização de múltiplas fontes, umas passíveis de seriação, outras não, que unem os diversos membros dessas famílias e seus interesses numa intrincada rede que nos permite visualizar a construção desta elite. Seguindo seus passos, e observando nosso grupo específico, tentamos reconstruir a trajetória de algumas famílias cristãs-novas que participaram intensamente do comércio em Pernambuco durante a União das Coroas Ibéricas.

A política administrativa ibérica, entre os anos de 1580 e 1640, trouxe grandes modificações no plano das relações comerciais estabelecidas pelas diversas nações modernas com a América Portuguesa. Nosso objetivo nesse artigo é discutir algumas de nossas propostas para o estudo do comércio nas capitanias de

⁵² GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

⁵³ FRAGOSO, João Luis R. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)" in: *O Antigo Regime nos Trópicos*, p. 29-71.

Pernambuco, através da análise de redes de comércio formadas, majoritariamente, por cristãos-novos. Redes essas que tinha alcance transatlântico, visto que seus membros agiam em vários continentes de onde traziam e levavam mercadorias da supracitada capitania.

Primeiramente, apresentaremos a leitura que fazemos deste grupo, para logo colocarmos algumas das condições políticas e econômicas específicas do período em que Portugal esteve sob administração espanhola. Os cristãos-novos, descendentes dos judeus convertidos à força em Portugal no final do século XV (1497), encontraram no Brasil não apenas local de resguardo das perseguições sofridas na Península Ibérica, como também possibilidades de ampliarem suas riquezas, as quais já tinham como base o comércio. Esses indivíduos se espalharam pelo mundo mantendo seus vínculos familiares, econômicos e afetivos com a Península.

Os cristãos-novos no Brasil

Vários estudos buscaram explicar a presença cristã-nova na América portuguesa. Esta foi entendida, principalmente em fins do século XIX e começo do século XX, como uma nódoa. Os cristãos-novos seriam um grupo a parte, que esteve aqui num momento específico, sem nenhuma relação direta com todos os "feitos" glorificados pela historiografia dominante, deixando uma ou outra marca tratada do ponto de vista da assimilação por outros como Gilberto Freyre, Câmara Cascudo ou Capistrano de Abreu, ainda que este último se aprofunde mais que os outros na questão.

Nas décadas de cinquenta e sessenta estes cristãos de ascendência judaica foram objeto de diversos estudos que buscaram entendê-los como judaizantes que procuravam na colônia um lugar de refúgio: seriam os mártires da Inquisição, entendidos como elemento não adaptado à nova realidade ibérica. Assim, práticas judaizantes e

discussões sobre heresias permearam a produção sobre o tema onde destacamos as obras de Elias Lipiner⁵⁴ e Arnold Wizniter.⁵⁵

Para a compreensão da presença cristã-nova em Pernambuco nos Fo indispensável o estudo “Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654”,⁵⁶ de José Antônio Gonsalves de Mello, no qual dedica a primeira parte aos conversos, explorando intensamente as fontes inquisitoriais, sejam os processos ou os papéis da Primeira Visitação, sempre enfatizando a proeminência econômica destes na colônia, infiltrados em praticamente todos os espaços da economia colonial. Colaborando para o entendimento da presença efetiva dos mesmos nessa Capitania e não apenas como comerciantes sempre em trânsito, como os descrevia a historiografia clássica.

Um recente estudo de caso, elaborado por Angelo Assis, intitulado “Um ‘Rabi’ Escatológico na Nova Lusitânia: sociedade colonial e inquisição no nordeste quinhentista - O caso João Nunes”,⁵⁷ a respeito de um conhecido onzeneiro⁵⁸ e comerciante que viveu em Pernambuco em fins do século XVI, colaborou para que pensássemos as motivações de certas denúncias ao Visitador, bem como as implicações que envolveram pessoas com outros poderes, que não os instituídos, as quais encontram suas formas específicas de negociação, para assim se desvencilharem da máquina Inquisitorial. Tal estudo despertou nosso interesse por essas relações de força, que não respondem a lógica do medo como motivo determinante nas denúncias e confissões.

⁵⁴ LIPINER, Elias. *Judaizantes nas capitanias de Cima*. Estudos sobre os Cristãos-Novos no Brasil nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

⁵⁵ WIZNITZER, Arnold. *Judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Pioneira, USP, 1966.

⁵⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. 2ª Edição, Recife: Editora Massangana, 1996.

⁵⁷ ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. *Um “Rabi” Escatológico na Nova Lusitânia: Sociedade Colonial e inquisição no Nordeste Quinhentista - O caso João Nunes*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

⁵⁸ Homem que empresta dinheiro a juros.

Trabalhamos as relações comerciais estabelecidas pelos cristãos-novos em Pernambuco e as tensões que destas emergiram, entendendo as mesmas como componentes do cotidiano da Capitania visto observarmos aqueles que aqui residiram. Esse cotidiano é por nós entendido como as formas de produzir, de casar, de morar, de morrer, de celebrar, enfim, as maneiras de viver destes homens.⁵⁹

Buscamos também compreender as atitudes dos cristãos-novos enquanto indivíduos, as táticas próprias que desenvolveram, utilizando seus potenciais de negociação para agirem onde o grupo valorizado era o cristão-velho. Não partimos do princípio de que a condição de cristão-novo era por si determinante para o insucesso dos mesmos.

Colocar o problema nestes termos significa recusar pensá-lo em termos simples, de força/fraqueza, autoridade/resistência, centro/periferia, e deslocar a análise para fenômenos de circulação, de negociação, de apropriação em todos os níveis.⁶⁰

Muitas generalizações já foram feitas a respeito do criptojudáismo⁶¹ dos conversos e da existência de uma organizada comunidade de judaizantes em Pernambuco. Não negamos que havia tal comunidade, apenas colocamos que dela não faziam parte todos os cristãos-novos, pois muitos não tinham preocupações religiosas, ou haviam, de fato, aceito a religião católica. A única diferenciação possível entre os “criptojudeus” e “cristãos-novos sinceros” parte dos depoimentos gerados pelo Santo Ofício, tidos como fonte. Neles, muitos cristãos-novos se confessaram ou foram denunciados como tal, como meio cristão-novo ou sendo ¼ de cristão-novo. Alguns foram enquadrados como “bons cristãos”, enquanto outros por “judaizantes”, sendo este o limite de nossa documentação.

⁵⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 385.

⁶⁰ REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 28.

⁶¹ Criptojudéus ou judaizantes seriam aqueles que praticavam a escondidas ritos judaicos.

Partindo desse reconhecimento empreendemos uma análise de seus conflitos, alianças, redes de parentesco, amizade, buscando o que nos aponta para as possibilidades de escolha enquanto homens ou mulheres reconhecidos como descendentes de judeus. Suas relações comerciais constituem o objetivo de nosso estudo, bem como a trama traçada por cada indivíduo dentro delas.

Esses elementos estavam ligados por redes de parentesco e solidariedade com outros cristãos-novos dispersos pelo mundo, bem como os judeus de origem portuguesa, devido ao caráter recente da expulsão dos judeus de Portugal em 1496 e conversão forçada, em 1497. Traço fundamental à compreensão de como esses homens conseguiram condições para transporem o oceano e aqui desenvolverem seus empreendimentos, quando muitos cristãos-velhos não lograram esse intento.

Não partimos da análise do cristão-novo como criptojudeu por excelência, e sim da idéia de que as movimentações e adaptações decorrentes da expulsão e conversão forçada ao cristianismo proporcionaram diversas formas de lidar com essa ascendência. Buscamos trabalhar os múltiplos comportamentos possíveis a nossos personagens, não tentando enquadrá-los enquanto mantenedores ou não de práticas judaicas, objeto de estudos bastante numerosos.

A União Ibérica e o comércio na Capitania de Pernambuco

Portugal era, no momento dos descobrimentos e, logo, no processo de colonização, dependente do capital de outras nações, tendo estreitas ligações com o Norte da Europa, centrado na Antuérpia e depois em Amsterdã. A tomada de Antuérpia pelos espanhóis em 1585 provocou uma migração de mercadores flamengos para Holanda, onde os criptojudeus regressos ao judaísmo fundaram uma comunidade judaica portuguesa na última década do Quinhentos. Comunidade que contava com mais ou menos 200 homens ao findar

o século XVI, como relata Manuel Homem, cristão-novo que lá esteve na primeira década do seiscentos.⁶²

A relação entre Portugal e o Norte europeu, antecedeu a colonização do Brasil e a inclusão de Pernambuco nas redes de comércio. Assim, é necessário levarmos em conta que Portugal sofria uma dependência direta de produtos vindos destas províncias e que com estas comercializava, quer em embarcações portuguesas, alemãs ou holandesas.

A entrada relativamente pacífica dos holandeses no comércio do Brasil e o crescimento das trocas econômicas somente serão compreendidas se pensarmos a própria montagem da colonização portuguesa, que recorreu não só ao capital financeiro, como utilizou matérias-primas e manufaturados do Norte europeu para empreender a ocupação de seu território americano, seja levando os produtos necessários à realização da empresa mercantil, seja escoando o sal, o vinho, as frutas e logo o açúcar da Madeira, de São Tomé e mais tarde do Brasil. Neste contexto, ressaltamos a importância dos cristãos-novos estabelecidos na Antuérpia, fugidos da perseguição inquisitorial. Homens que utilizavam seus vínculos com os conversos de Portugal para fazerem ligações comerciais.

A Carta de Foral da Capitania de Pernambuco não excluiu o estrangeiro, pelo contrário, dizia que o Capitão Donatário e seus sucessores deviam repartir a terra entre pessoas de qualquer qualidade e condições, desde que essas fossem cristãs.⁶³ O mesmo documento não proibiu o comércio com estrangeiros, desde que houvesse o

⁶² ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Livro das Denúncias que se fizerão na Visitação do Santo Officio á Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618 - Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira. 1927, volume XLIX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936.p.510.

⁶³ Carta Foral de 24 de setembro de 1534 da Capitania de Pernambuco. In: INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *Documentos para a História do Açúcar*. Vol. I. Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1954.

devido pagamento do dízimo. O “exclusivo colonial” foi expresso na legislação apenas num segundo momento, e aplicado nas colônias portuguesas pelo domínio espanhol, representado pelo fechamento das áreas comerciais aos estrangeiros.

A chamada União Ibérica, com a subida de Felipe II ao trono português e a revolta das províncias unidas dos Países Baixos, remodelou as relações entre a Espanha e a Holanda e entre esta e Portugal, que teve os seus comerciantes e produtores prejudicados pelas proibições de comércio com a província rebelde. No entanto, a presença de embarcações estrangeiras e especificamente holandesas antecedeu a União Ibérica.

Entre 1560 e 1580 os portugueses assistiram sem maiores preocupações os conflitos entre a Espanha e as províncias rebeldes. Contudo, efetivada a União Ibérica, os interesses portugueses foram diretamente afetados pelas hostilidades do soberano espanhol aos holandeses,⁶⁴ sendo latente a contradição entre a política aplicada por Felipe II e os interesses dos comerciantes portugueses. Os últimos se posicionaram dubiamente, alguns com receio de que os seus entrepostos fossem tomados pelos holandeses e, outros, os ajudando a burlar a legislação restritiva, para que continuassem freqüentando os portos, dando assim continuidade ao comércio entre Portugal, suas possessões ultramarinas e a Holanda.

Depois de 1585 era corrente a prática dos comerciantes holandeses de utilizarem documentação falsa para poderem freqüentar os portos sob domínio espanhol, passando geralmente por alemães, sob a bandeira de Hamburgo ou de outras nacionalidades neutras, ajudados por agentes comerciais cristãos-novos que, a essa altura, já haviam trocado o porto de Antuérpia pelo de Amsterdã.

⁶⁴ Entre elas, duas apreensões de embarcações holandeses realizadas em 1585 e 1595. SLUITER, Angel. “Os Holandeses no Brasil antes de 1621”. In: *Revista do Museu do Açúcar*, n°1. Recife, 1968.

Para nós é importante reconhecer as táticas utilizadas para burlar tais proibições, como o fez Engel Sluiter :

O navio saía da Holanda, navegando por uma rota alemã levando cereais, outras matérias cruas e manufaturas para Portugal, lá descarregava parte da mercadoria, conseguia uma licença para o Brasil, usando um piloto português e colocando fiança para retornar por Portugal. Descarregando as mercadorias exceto o que ia para o Brasil. O navio então era carregado de vinho, azeite e manufaturas adicionais ainda em Portugal, ou exclusivamente de provisões e vinhos na Madeira e nas Canárias. Pago os impostos prescritos cruza o Atlântico, geralmente para a Bahia ou Pernambuco, onde ficava por volta de quatro meses. Tempo de recarregar com açúcar, pau-de-tinta e algodão para o retorno.⁶⁵

A presença de embarcações de outras nacionalidades, onde predominavam embarcações inglesas e holandesas, no Brasil se dava muitas vezes pela incapacidade dos navios portugueses fazerem o transporte seguro de suas mercadorias,⁶⁶ seja porque eram numericamente insuficientes, por serem inadequados para o transporte da grande quantidade de açúcar que deveriam comportar, ou por serem extremamente frágeis diante dos ataques de corsários, visto que as leis que regulamentavam as condições para as viagens, como o número determinado de homens e armas não eram cumpridas.⁶⁷

Pela possibilidade de transporem vários empecilhos, facilitando sobremaneira o comércio no período de União Ibérica, as redes de comerciantes cristãos-novos foram fundamentais. Respondiam a necessidade de agentes de confiança, com ligações em larga escala

⁶⁵ SLUITER, Angel. Op. cit., 1968, p. 76.

⁶⁶ MAURO, Frederic. Portugal e o Brasil: A estruturas Política e Econômica do Império. In: BETEHL, Leslie (org.) *América Latina Colonial*. Vol. I 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 458.

⁶⁷ “Provisão Regia de 15 de dezembro de 1557, em que se ordena o modo, como haviam de andar providos, e armados os Navios portugueses, que navegassem para os lugares do Reino, e Senhorios de Portugal, e fora delles; assim de gente como de artilharia, armas e munições”. Esta provisão foi ampliada pela lei ou regimento de 3 de novembro de 1571. INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. Op. cit., p. 25.

que, se não conseguiam de todo evitar o curso, ao menos facilitavam o retorno da mercadoria.

Vemos então como esses cristãos-novos lograram ocupar local importante como intermediários nas trocas de mercadoria entre Pernambuco e as nações do norte europeu, então oficialmente proibidas de comerciarem com o Brasil. E é nesse movimento que os cristãos-novos adquirem espaço entre os mais importantes da capitania, cuja riqueza dependia basicamente dos lucros conseguidos com o comércio do açúcar, o tráfico de escravos e a negociação das mercadorias que vinham suprir as necessidades dos colonizadores aqui estabelecidos.

Dentro deste campo de questionamentos nos voltamos às estratégias individuais, familiares e de grupo, buscando reconstituir as trajetórias destes homens que a partir de suas diferentes condições também deixaram seus registros e escolhas na colonização brasileira.

HISTÓRIA DO PODER POLÍTICO E TEORIA SOCIAL: APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO SOBRE A AMÉRICA PORTUGUESA

Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes

Doutorando em História - UFPE

Resumo

Neste artigo, refletimos acerca das possibilidades de norteamento teórico de nosso estudo de doutorado que propõe analisar o universo político-cultural sertanejo consubstanciado pelas práticas do mando e da criminalidade na Paraíba setecentista. Situando nossa pesquisa no campo amplo da história do poder político, torna-se necessário problematizar uma discussão que destaque a importância da teoria social para este campo de estudos, que tem como um de seus objetivos privilegiados analisar como os atores sociais compreendem e vivenciam o poder político num dado contexto. Assim, lançamos mão de uma discussão que dialoga principalmente com a história do poder político, a história social e a antropologia da política.

Palavras-chave: teoria da história; poder político; América portuguesa

Abstract:

In this article, we reflect concerning the possibilities of theoretical direction of our doctorate study that proposes to analyze the country universe politician-cultural from the authority practices and of the criminality in Paraíba of century XVIII. Situating our research in the wide field of the history of the political power, it becomes necessary a discussion that highlight the importance of the social theory for this studies field, that has as one of your privileged goals to analyze as the social actors comprehend and live the political power in a die context. This way, we seize upon a discussion that talks mostly with the history of the political power, the social history and the politics anthropology.

Keywords: theory of history, political power, Portuguese America